

MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA DE SANTA CRUZ DO SUL

*Sílvia Marcus de Souza Correa**

Resumo

Nos finais do século XIX a abolição da escravidão e a proclamação da República permitiram aos afro-brasileiros uma mobilidade social e espacial de parcos efeitos. Nas primeiras décadas deste século, o dinamismo social e o crescimento econômico da cidade de Santa Cruz do Sul foram responsáveis pela migração gradativa de afro-brasileiros das regiões vizinhas, cuja estagnação sócio-econômica forçava também esta população a emigrar. O desenvolvimento regional e as chances de mobilidade social da comunidade afro-brasileira na sociedade local são os temas deste artigo.

Palavras-chave: Mobilidade Social, Desenvolvimento Regional, Afro-Brasileiros.

Abstract

In the final 19.th century is the end of the slavery and begin the Republic in Brazilian. Spatial and social mobility from Afro-Brazilians is their effect. Since begin of the 20.th century the social dynamic and the economic development of Santa Cruz do Sul have had responsibility for Afro-Brazilians migrations from others neighbors regions with social and economical stagnation. The regional development and the social mobility chance from afro-brazilian community in the local society are theme of these article.

Keywords: Social Mobility, Regional Development, Afro-Brazilians.

Mobilidade social e espacial foram fundamentais na formação da sociedade urbano-industrial brasileira. A industrialização e a migração balizaram o incremento do mercado de trabalho nacional e a transição de uma estrutura ocupacional assentada em postos de trabalho agrícolas em direção a um complexo ocupacional mais amplo e diversificado, ainda que bastante desigual em termos da qualidade e renda dos empregos

*Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

gerados.

Nas últimas décadas do século XX, o sonho de “viver em cidades” tornou-se uma realidade para a maioria dos brasileiros. Porém, a mobilidade espacial - caracterizada pelo êxodo rural - provocou um desenvolvimento urbano e, em muitos casos, um subdesenvolvimento rural, principalmente, devido ao decréscimo da população economicamente ativa no campo. O desenvolvimento urbano parece não apenas ser uma causa da constante migração regional, como também uma de suas conseqüências. O estudo da relação entre a mobilidade espacial e o crescimento urbano permite entender melhor a lógica populacional e espacial do desenvolvimento regional.

A mobilidade espacial e o desenvolvimento regional formam um binômio, cuja relação ainda não foi bem avaliada pelas ciências sociais. Na região do Vale do Rio Pardo, o êxodo rural de famílias de agricultores contribuiu para o crescimento urbano em detrimento do rural. Para a cidade de Santa Cruz do Sul (SCS) dirige-se uma significativa população atraída por melhores expectativas ligadas principalmente às condições de trabalho e aos sistemas de ensino e de saúde. A mobilidade espacial destes migrantes também pode ter repercussões sociais a longo prazo. Trata-se de uma intensa mobilidade social inter-geracional (sobretudo em termos de escolarização e profissionalização). Esta mobilidade espacial e social se apresenta como um fator de desenvolvimento regional, para o qual os migrantes têm um importante papel a desempenhar.

Enquanto mobilidade espacial, a migração vem sendo freqüentemente objeto de estudo das ciências sociais na Europa. No contexto do Mercado Comum Europeu, a circulação não apenas de mercadorias, mas principalmente de trabalhadores oferece para várias disciplinas como o direito (trabalhista, internacional, comercial), a sociologia (do trabalho, da cultura) e a ciência política (relações internacionais, políticas públicas, etc.) novos horizontes de pesquisa. Na Alemanha, um dos países mais tocados pela migração especialmente do leste europeu, as recentes publicações de Annette TREIBEL (1999), de Petrus HAN (2000) e de Klaus SCHMALS (2000) oferecem novas perspectivas teóricas e metodológicas para um estudo sociológico da migração.

Além de geográfica, a mobilidade dos migrantes pode ter implicações sociais. A mobilidade social é outro tema que vem sendo investigado na Europa desde meados do século XX. Na literatura inglesa, as obras de GLASS (1954), GOLDTHORPE (1980), HEATH (1981) são alguns referenciais importantes. Em francês, destacam-se as contribuições de GIROD (1971), BOUDON (1973), BERTAUX (1977) e THÉLOT (1982). De caráter introdutório, o livro de Dominique MERLLIÉ e Jean PREVOT (1997) apresenta uma boa síntese sobre a mobilidade social e suas implicações na dinâmica social da sociedade contemporânea.

No Brasil, uma sociedade pobre e desigual convive com uma sociedade móvel e dinâmica. A coexistência desses fenômenos, muitas vezes vistos como contraditórios, tem desafiado o entendimento de cientistas sociais. Em seu último livro, os sociólogos

José PASTORE e Nelson do Valle SILVA (2000) mostram uma clara convergência entre mobilidade e desigualdade. Os resultados de suas pesquisas, baseados em dados inéditos e metodologia meticulosa, auxiliam na compreensão da dinâmica da sociedade brasileira contemporânea. Os estudos sobre a migração também ganham em relevância na sociologia brasileira. Recentemente lançado, o livro de Paulo M. JANNUZZI (2000) apresenta um estudo aprofundado sobre a mobilidade espacial e social na sociedade brasileira atual.

Em Santa Cruz do Sul, a produção acadêmica local tratou destes temas *en passant*. Sobre a mobilidade espacial e social no meio rural de SCS, destacam-se os livros de Virgínia E. ETGES (1991) e de Olgário P. VOGT (1997). Sobre o tema da mobilidade espacial inter- e intra-urbana em Santa Cruz do Sul, destacam-se as dissertações de mestrado de Rogério L. SILVEIRA (1997) e de Ronaldo WINK (2000).

O presente artigo visa abordar a mobilidade social e espacial de um grupo específico de migrantes. Trata-se dos afro-brasileiros, pois durante a passagem da sociedade tradicional para a moderna, a população afro-brasileira foi marginalizada e a sua integração na sociedade de classes chegou a ser considerada o “dilema racial brasileiro”.¹ No caso de SCS, o enunciado de Florestan FERNANDES tem uma certa atualidade e somente através da reconstrução da origem histórica dos afro-brasileiros e da análise dos impasses para a integração social deste grupo étnico é que se poderá ter uma idéia mais precisa sobre a relação entre a migração e o desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo (RS).

Devido à escassez de documentos sobre a história recente da comunidade afro-brasileira em SCS, o seu estudo caracteriza-se pelo caráter introdutório. A fim de obter dados concernentes à situação sócio-econômica e cultural desta população, foi realizada uma pesquisa social empírica no ano de 2000.² Nesse sentido, investiu-se nos domínios

¹ Ver, FERNANDES 1978.

² Os dados empíricos foram obtidos através de duas pesquisas realizadas em setembro e outubro de 2000. A primeira pesquisa foi feita pelo Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da UNISC para o jornal Gazeta do Sul, que autorizou a inclusão de questões sobre a cor dos entrevistados. Esta forma de pesquisa conjunta tinha como objetivo principal reduzir os custos da coleta de dados, uma vez que não eram previstos, no orçamento do meu projeto de pesquisa, gastos com entrevistas. Esta primeira pesquisa teve uma amostra de 738 entrevistados. Do total da amostra, 11% foram considerados - através da cor observada pelo entrevistador - como “afro-brasileiros”. A segunda pesquisa foi realizada por 25 alunos do curso de Estudos Sociais da UNISC, sob a minha orientação. A realização da segunda pesquisa por alunos tinha como objetivo não apenas o ensino de técnicas de entrevistas e a prática de campo de pesquisa, como também reduzir os custos do levantamento de dados. A metodologia empregada para a segunda pesquisa não foi a mesma da primeira, na qual o modelo seguido foi semelhante ao da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a segunda pesquisa foi utilizada uma técnica mista através da qual as entrevistas ocorreram nos domicílios como também nas ruas, nos locais de trabalho, nas paradas de ônibus, nas escolas e outros lugares públicos. As cotas por gênero e idade para a população afro-descendente de SCS, segundo os dados do IBGE, foram observadas e a margem de erro da amostra foi calculada como inferior a 5%. Esta segunda pesquisa teve uma amostra de 258 entrevistados, sendo 96,1% auto-identificados como negros e/ou mulatos.

da sociologia para melhor entender a situação atual desta comunidade. O estudo sociológico serviu de complemento à investigação histórica sobre a migração dos afro-brasileiros e sua integração na sociedade de SCS.³

CRESCIMENTO URBANO E DEMOGRÁFICO DE SCS

O crescimento urbano é, numa perspectiva positiva e negativa, estreitamente relacionado com a migração. No Vale do Rio Pardo, a circulação de pessoas e mercadorias e a sua respectiva concentração na cidade de SCS têm produzido uma desigualdade intraregional nas últimas décadas que, paradoxalmente, reforça um modelo de desenvolvimento regional, no qual a migração é uma *conditio sine qua non*. Embora a mobilidade espacial tenha efeitos em toda a região do Vale do Rio Pardo, aqui serão enfocadas apenas algumas de suas implicações no plano físico e social do seu maior ponto de destino, isto é, a cidade de SCS. Para melhor entender essas mudanças a partir da trajetória coletiva de um determinado grupo (os afro-brasileiros), torna-se necessário atentar para os seguintes aspectos da história regional e do complexo urbano de SCS:

- Dinâmica de uma cidade de porte médio

O desenvolvimento urbano de cidades de médio porte no Brasil tem estimulado debates sobre a influência e participação de tais centros urbanos na dinâmica regional contemporânea, nacional e internacionalmente. Enquanto campos avançados e/ou pólos regionais descentralizados de metrópoles, estas cidades ocupam um espaço de destaque no cenário nacional, devido às suas alternativas ao desenvolvimento sócio-espacial, a partir da interiorização de recursos (ambientais, humanos, financeiros, tecnológicos, entre outros) e da articulação com interesses em diversas escalas de abrangência.

³ Os resultados obtidos com a pesquisa sobre a comunidade afro-brasileira em Santa Cruz do Sul já foram parcialmente apresentados em diversas ocasiões do segundo semestre letivo de 2000. Resultado da pesquisa bibliográfica realizada no primeiro semestre de 2000, uma primeira reflexão teórica sobre o negro na historiografia brasileira foi apresentada durante a III Semana Acadêmica do Curso de Estudos Sociais da Universidade de Santa Cruz do Sul, cuja publicação em forma de artigo para a Revista de História e Geografia da UNISC encontra-se no prelo. Uma interpretação preliminar dos dados coletados foi também publicada em forma de entrevista para o jornal Gazeta do Sul (19/11/2000). Uma outra divulgação dos resultados foi apresentada em forma de palestra (22/11/2000) na Universidade de Santa Cruz do Sul, num evento organizado com o fito de promover o diálogo entre o público acadêmico e alguns representantes e membros da comunidade afro-brasileira local. Uma versão mais completa sob o título *Ghettoisierung und Segregation in Brasilien: Der Fall der Afrobrasilianer in Santa Cruz do Sul* foi apresentada em forma de palestra (07/12/2000) no Lateinamerika Zentrum da Westfälische Wilhelms-Universität de Münster, na Alemanha.

Como sede de algumas das principais corporações multinacionais da fumicultura, a cidade de Santa Cruz do Sul situa-se numa posição estratégica em relação à rede urbana da região do Vale do Rio Pardo, constituindo-se numa cidade de médio porte com significativa importância para a economia do estado do Rio Grande do Sul. Sua expansão física ao longo das últimas duas décadas tem definido uma configuração urbana diversificada e desigual em constante e rápida transformação. De um lado, as áreas-pólo de desenvolvimento tecnológico-científico (Universidade) e de desenvolvimento tecnológico industrial (Distrito Industrial); de outro lado, ocupações recentes, intermediárias entre os meios rural e urbano. Nesta fronteira entre o rural e o urbano, concentra-se uma população heterogênea, atores de uma dinâmica sócio-espacial muito particular.

As mudanças do espaço físico e social de SCS refletem uma re-configuração de sua territorialidade urbana. Com a expansão e a reforma urbanística algumas necessidades básicas de sua população também são alteradas e/ou acirradas. As ações dos agentes imobiliários e as medidas públicas orientadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano (1998) em voga, corroboram para o redesenho da trama urbana, cuja dinâmica pode ser percebida pela valorização do m² de alguns bairros, bem como a mudança funcional dos mesmos. Em termos residenciais, o antagonismo social entre o norte e o sul da cidade é também resultado de uma política habitacional e imobiliária quase segregacionista.

Com o crescimento da periferia urbana, os conflitos sociais tornam-se elementos pertencentes a um cotidiano marcado por disputas territoriais com os recém-chegados. Devido à mobilidade geográfica, estas áreas apresentam uma alta rotatividade de moradores. Conflitos sociais e perspectivas de mobilidade contribuem para a construção de identidades coletivas. A nova situação espacial e social dos migrantes em Santa Cruz do Sul gera igualmente alterações nos espaços físico e simbólico da cidade. A partir dessas alterações, a comunidade afro-brasileira constrói sua vida suburbana, marcada por uma dinâmica semi-autônoma.⁴ As identidades étnicas tanto teuto- ou afro-brasileira podem vir de encontro à necessária formação de uma identidade regional. Esta última tem sido vista como elemento fundamental para o desenvolvimento regional.⁵

⁴ Em termos culturais, políticos e sócio-econômicos, esta dinâmica da periferia permite, de certa forma, uma "autonomia na dependência" em relação ao centro. Este fenômeno é típico em certas favelas brasileiras. Trata-se de um ambiente suburbano que, geralmente, foge às preferências temáticas dos pesquisadores acadêmicos. Muitas vezes, este ambiente é visto a partir dos valores do centro. Neste caso, ele é analisado sempre de forma negativa em que se registra mais o que falta naquele ambiente do que aquilo que nele existe.

⁵ Sobre identidade e desenvolvimento regional, ver BANDEIRA (1999:29-30) e CARRIER/JEAN (2000:53-54).

- Grau de industrialização satisfatório

A cidade de SCS desenvolveu-se a partir de um projeto provincial de colonização. Fundada em 1849, a colônia de Santa Cruz teve sua estrutura econômica formada a partir da pequena propriedade agrícola, da população de imigrantes alemães e do seu regime familiar de trabalho. O estudo da evolução sócio-econômica de SCS permite dividi-la em fases bem distintas, desde a organização de subsistência até a formação de um complexo industrial.

O parque industrial da cidade foi montado em função da monocultura tabagista, cuja arrecadação de impostos estaduais faz de SCS uma das cidades mais ricas do Rio Grande do Sul. Porém outras indústrias como a têxtil e a metalúrgica absorvem a população operária local. A industrialização é, portanto, uma das grandes responsáveis pela mobilidade espacial e pela modernização do mercado regional, embora fomente um exército de reserva, no qual destacam-se os afro-brasileiros.

- Diversificação econômica

A partir da monocultura do tabaco, a economia de SCS sofreu um processo de industrialização, permitindo a emergência de uma dinâmica urbana, cuja força centrífuga absorveu, em grande parte, a economia e a sociedade rural. Um século depois da chegada dos primeiros imigrantes alemães, a cidade de SCS já contava com uma população urbana significativa em relação à rural, embora somente na década de 80 a primeira logrou superar a segunda em termos quantitativos.⁶ Configurando-se como uma cidade de porte médio em relação à realidade urbana nacional e como o centro da região do Vale do Rio Pardo, SCS tem uma economia diversificada, cujo mercado de trabalho atrai parcelas significativas de sua população rural e dos municípios vizinhos.

Nas últimas décadas, a diversificação econômica das atividades rurais e urbanas de SCS tornou-se um imperativo. A horticultura e a produção de produtos coloniais para o abastecimento do comércio varejista foram algumas das alternativas encontradas pela população rural, predominantemente de origem alemã, para diversificar sua renda. Já a expansão do setor terciário permitiu incrementar as atividades ocupacionais da população urbana. O aumento demográfico e a geração de novos empregos concorreram para a diversificação econômica de SCS. Junto à diversificação do mercado de trabalho, tem-se um outro informal, onde muitos trabalhadores desenvolvem atividades ocupacionais que lhe permitem a sobrevivência. O mercado informal orienta-se igualmente pela fumicultura, cuja característica sazonal de uma parte do trabalho envolvido determina a atividade dos safristas. Assim, o período da intersafra do fumo apresenta um acréscimo de atividades

⁶ A partir da década de oitenta, a população urbana (55,3%) de SCS é superior à sua população rural (44,7%).

informais em SCS, aquecendo o mercado informal em detrimento do formal. Em ambos mercados de trabalho, a população afro-descendente atua.

- Predomínio étnico dos descendentes alemães

Conforme os dados da pesquisa para minha tese de doutoramento⁷, 64,8% da população de SCS é de origem alemã. Desta forma, a comunidade afro-brasileira se constitui como uma minoria étnica. Mas não é apenas o fato de ser uma minoria étnica que dificulta a integração social dos afro-brasileiros em SCS. A condição de “recém-chegados” concorre igualmente para a marginalização social e espacial dos migrantes afro-brasileiros. Assim, a auto-imagem dos afro-brasileiros está condicionada não apenas à genérica condição sócio-econômica desfavorável, mas ao predomínio local de uma população branca com forte identidade étnica.

Apesar da tendência de invalidar o pertencimento étnico enquanto indicador social, a simetria das categorias étnica e social permite inferir para SCS uma associação entre a população teuto-brasileira com o(s) grupo(s) proprietário(s) de maior capital econômico e simbólico, e entre a população afro-brasileira com o(s) grupo(s) “descapitalizados”.⁸ No que concerne ao capital social e cultural, a comunidade teuto-brasileira apresenta, em termos comparativos, uma grande vantagem, o que explica, em parte, a invisibilidade social dos afro-brasileiros em SCS, bem como sua concentração nas atividades ocupacionais de menor remuneração e/ou de maior periculosidade.

Para comprovar a validade do “dilema racial brasileiro” em SCS foi preciso, portanto, observar os aspectos acima mencionados, pois a maioria dos estudos históricos e sociológicos sobre o negro no Brasil tende a privilegiar as grandes cidades como *locus* da integração e da exclusão social.⁹ Diferente da metodologia uspiana da década de sessenta, através da qual cidades como São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre foram campos de estudos sobre a questão racial no Brasil, a escolha do presente trabalho favoreceu uma cidade de médio porte do Rio Grande do Sul, cuja presença europeia e industrialização podem apresentar, no entanto, condições similares àquelas das capitais supracitadas à época das teses pioneiras sobre o “dilema racial brasileiro”.

⁷ CORREA 1999.

⁸ De acordo com os dados da pesquisa realizada (19/11/2000) pelo NUPES para o jornal Gazeta do Sul, a correlação entre as variáveis *identidade étnica* e *cor observada* com as variáveis *renda* e *escolarização* foram estatisticamente significantes. Significa que – através da escala empregada – a renda e a escolarização aumentam segundo o “embranquecimento” do entrevistado.

⁹ Entre os estudos sobre a situação histórica e sociológica do negro na sociedade brasileira, ver R. BASTIDE (1959), F. FERNANDES (1960), F.H. CARDOSO (1962) e O. IANNI (1966).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA

A identidade regional e cultural da sociedade de SCS é marcada pelo germanismo. A gênese de sua organização sócio-econômica, baseada no contingente de imigrantes alemães, na pequena propriedade agrícola e no regime de trabalho livre e de cunho familiar, permitiu à região o desenvolvimento de um modelo alternativo àquele tradicional cujas características eram o latifúndio pecuarista e a mão-de-obra escrava. A região do Vale do Rio Pardo era, no entanto, uma área tradicional com grande contingente de escravos. Afirma MAESTRI que a comarca e o município de Rio Pardo foram, no século XIX, uma importante concentração de escravos empregados na desenvolvida agricultura, no porto local e nas charqueadas do Jacuí.¹⁰

Segundo a lei 183, de 13 de outubro de 1850, proibiu-se a introdução de escravos nas áreas de colonização.¹¹ Desta forma, os alemães recém-chegados na Colônia de Santa Cruz estavam impedidos de contar com a mão-de-obra escrava para a faina agrícola. Mas o Relatório do Diretor da Colônia, João M. Buff, ao Presidente da Província, em fevereiro de 1856, acusa a presença de escravos entre a população local.¹² No total, 13 escravos foram mencionados entre a população da Picada Rio Pardo (3) e no Faxinal (10). De 1.230 almas registradas pelo Diretor Buff na Colônia de Santa Cruz, 1,05% era de origem africana ou afro-brasileira. Em cento e cinquenta anos a população afro-descendente em SCS cresceu de forma irregular, sendo a migração micro-regional mais decisiva que o seu crescimento vegetativo.

Ainda em 1856, João M. Buff solicitou ao Presidente da Província, Jerônimo Coelho, a criação de um grupamento policial, pois “o progressivo aumento de moradores na Povoação nova de Santa Cruz e sua imediata circunferência no Faxinal de João de Faria – para cujo local ocorrem agregados e jornaleiros de muitas pontas da Província, tanto nacionais como estrangeiros, sendo a maior parte dos concorrentes de problemáticas condições, tem dado lugar a diferentes desordens na mesma Povoação nos dias santificados, por já haverem nela cinco casas de negócio sobrecarregadas de bebidas espirituosas, observando-se então mais de 400 pessoas reunidas...”¹³

Através destes dados, pode-se afirmar que desde sua gênese Santa Cruz do Sul foi um ponto de destino não apenas da imigração alemã como também da migração regional, cujo contingente de afro-brasileiros era considerável.

Para o final do século XIX, a taxa demográfica de Santa Cruz, registrada pelo jornal *Kolonie* (25/02/1891), acusa um crescimento substancial. Através da tabela abaixo,

¹⁰ MAESTRI 1984:136.

¹¹ LANDO/BARROS 1992:31.

¹² MARTIN 1979:107.

¹³ MARTIN 1979:109.

observa-se que a população de afro-brasileiros perfazia 15,7% da população total da freguesia. Significa que o fluxo migratório de libertos após 1888 foi significativo.

GÊNERO		COR		TOTAL
masculino	feminino	brancos	negros	
562	586	967	181	1.148

ESCOLARIZAÇÃO		TOTAL
alfabetizados	analfabetos	
760	388	1.148

NATURALIDADE		TOTAL
Nascidos no Brasil	Imigrantes	
898	250	1.148

Nos finais do século XIX, SCS já se encontrava em plena expansão econômica e demográfica. Segundo KLIEMANN, contendo à época uma área de 1.989 km², a cidade teve sua população acrescida de 15.536 habitantes, em 1890, para 23.158 habitantes em 1900.¹⁴ Assim que, mesmo contando o crescimento vegetativo, pode-se ter uma idéia da migração regional. Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, ocorreu uma mobilidade social e geográfica que acabaria por introduzir um contingente expressivo de negros e mulatos neste “enclave” germânico da região do Vale do Rio Pardo. Porém a prosperidade econômica e a atratividade da cidade provocaram a valorização das terras da região, cujo valor venal por hectare chegou a 64\$800 em 1903, colocando-se o município de SCS em quarto lugar em terras mais valorizadas do Estado.¹⁵ Vale lembrar que os imigrantes de origem germânica, entrados espontaneamente, procuravam essas regiões para se localizarem. O Estado que, por sua vez, fazia empenho em tal tipo de imigração, passou a fiscalizar justamente as áreas mais valorizadas para que, de posse de terras devolutas, pudesse vendê-las a esses interessados.¹⁶ Dessa forma, a intervenção do poder público nos assuntos fundiários da região à época concorreu para a marginalização

¹⁴ KLIEMANN 1986:56.

¹⁵ Em primeiro lugar vinha Estrela, depois, sucessivamente São Leopoldo, e Venâncio Aires. Anais da Assembléia de Representantes do Estado do RS – 22 sessão ordinária. Porto Alegre. AHRs, 1913. [p. 56-57].

¹⁶ Para a intervenção direta do poder público na questão fundiária em Santa Cruz do Sul na virada do século, ver KLIEMANN 1986:55-57.

social e geográfica dos afro-brasileiros em SCS.¹⁷

Apesar da política habitacional capitalista, a vaga migratória de afro-brasileiros para SCS se manteve intermitente desde a abolição da escravatura. Porém, o fluxo e refluxo desta migração permanente não podem ser avaliados devido à carência documental. Na virada do século XX, mudanças de ordem sócio-econômica e política permitiram aos afro-brasileiros uma mobilidade horizontal. Paralelamente ao dinamismo social e o crescimento econômico da cidade, a estagnação sócio-econômica dos municípios vizinhos contribuiu para a migração dos afro-brasileiros que perfazem, atualmente, 11% da população total de SCS.

Mas a migração regional não tinha como agentes apenas os afro-brasileiros. Em número superior, os teuto-brasileiros foram os principais agentes do êxodo rural na região. Segundo SILVEIRA, “a crescente redução da área média das propriedades, ocorrida entre 1920 e 1940, interferiu negativamente no parcelamento da terra pela divisão por herança e acabou promovendo a expulsão dos filhos dos camponeses da área rural do município. Como resultado, tivemos, até 1940, o incremento da imigração para outras áreas rurais no norte do Estado, as chamadas Novas Colônias Alemãs”.¹⁸

A localização territorial dos afro-brasileiros em SCS nos meados do século XX já era bem delimitada e circunscrita ao reduto operário. Socialmente e geograficamente marginal este reduto era alvo de reclamações conservadoras como aquela expressa no Jornal Gazeta de Santa Cruz, de 24/06/1952:

... o Camboim dos becos Laçasso, do Caqui e das Sete Facadas—onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa — constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar. (...) A miséria na sua mais sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total é que formaram o Camboim e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; (...) um quadro deprimente que a cidade faz questão de esconder ou fingir ignorar.¹⁹

¹⁷ A comunidade negra migrante, que teve acesso ao minifúndio, desenvolveu uma atividade agrícola limitada à subsistência, ou seja, àquela primeira fase mencionada por Jean ROCHE (1969), que apontou 4 fases da evolução agrícola nas colônias alemãs: a primeira, de agricultura de subsistência; a segunda, de subsistência com venda de excedentes; a terceira, de especialização da produção tendo em vista o mercado e, finalmente, a quarta fase, de declínio daquela agricultura, devido às técnicas rudimentares utilizadas nesta área, associadas à excessiva subdivisão das terras.

¹⁸ SILVEIRA 1997:60.

¹⁹ “A vergonha de uma cidade” in Jornal Gazeta de Santa Cruz, (24/06/1952), Santa Cruz do Sul, página 6.

A expansão territorial e o aumento demográfico da população afro-descendente começaram, no entanto, a partir do crescimento urbano e do desenvolvimento industrial de SCS. Entre 1940 e 1970, o mercado brasileiro foi marcado por uma expansão no número de empregos e diferenciação da estrutura de ocupações. Segundo PASTORE e SILVA, a mobilidade social decorreu do preenchimento de mais e novas vagas nos setores industriais, comerciais e de serviços.²⁰ Em SCS, o incremento urbano e industrial permitiu a absorção de novos contingentes no mercado de trabalho.

Em 1977, o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz surgiu para controlar a expansão física da cidade. O crescimento urbano da zona sul foi o mais significativo devido à criação do Distrito Industrial que concentrou a sua volta uma série de bairros operários, cuja população era formada por migrantes vindos da zona rural e de diversos municípios da região e por famílias transferidas pela Prefeitura de áreas verdes, particulares e de risco, como no caso do surgimento dos bairros Santuário, Faxinal, Harmonia, Cristal, Glória e Imigrante.²¹

Já na década de oitenta, a expansão urbana de SCS foi direcionada para o lado norte e oeste. A COHAB/RS construiu em 1981 um núcleo habitacional com 340 casas localizadas no bairro Independência, entre a avenida do mesmo nome e a BR 471, zona norte da cidade. Em 1982, a nova Estação Rodoviária provocou a instalação de diversas empresas comerciais e de serviço às margens da auto-estrada BR 471, bem como a construção pela COHAB de outro conjunto composto por 89 casas populares na chamada Vila Schultz, em 1986.²² A criação de novos bairros na periferia urbana de SCS acabou segregando em parte a população afro-descendente, pois a maioria habita os bairros da periferia da cidade, sendo as maiores concentrações no Arroio Grande (10,1%) e Bom Jesus (11,7%).

Como observa SILVEIRA, no final dos anos oitenta e início dos noventa houve uma intensificação nos fluxos migratórios para SCS devido à política econômica nacional - que acarretou uma estagnação da produtividade de certos municípios da região - e às supersafras do fumo como p.ex. 1989/90 e 1992/93. Com o alto índice de desemprego regional, o mercado de trabalho de SCS atraiu parte da mão-de-obra excedente, especialmente em ocupações sazonais ligadas ao beneficiamento do fumo.²³ O número de trabalhadores safristas em SCS manteve-se, no entanto, com pouca oscilação entre 1985 e 1992. A partir desse ano, afirma VOGT, houve um acentuado declínio no número de operários temporários ocupados no beneficiamento do tabaco.²⁴

²⁰ PASTORE e SILVA 2000:6.

²¹ WINK 2000:243.

²² Ibidem.

²³ SILVEIRA 1997:211.

²⁴ VOGT 1997:209.

Segundo a pesquisa realizada, a atividade ocupacional de safrista responde pela maior concentração dos entrevistados afro-brasileiros (10,9%).²⁵ Porém, percebe-se que a maioria dos entrevistados afro-brasileiros economicamente ativos tem ocupações bastante diversificadas, embora elas componham em grande parte o grupo profissional de atividades urbanas não-qualificadas.

Com a limitação das oportunidades de emprego na cidade nos últimos anos, a falta de qualificação profissional dos migrantes, quase sempre com grau de instrução mínima, freqüentemente tem impedido seu acesso ao mercado. Esta questão aliada, ao intenso processo de mecanização da indústria fumageira e à incapacidade de outros setores em absorver satisfatoriamente a mão-de-obra disponível, tem gerado um aumento considerável do número de desempregados, causando ao mesmo tempo a expansão das áreas periféricas e o aumento da população marginalizada.²⁶

Apesar das dificuldades impostas pela falta de uma política habitacional de cunho popular e pela especulação imobiliária na cidade, durante as primeiras décadas deste século, houve uma migração gradativa da população das regiões vizinhas. A industrialização da fumericultura, ao acirrar a desigualdade intra-regional entre áreas subdesenvolvidas e desenvolvidas, foi a maior responsável por essa migração.²⁷ Como observa ETGES, "delineia-se na cidade a formação de um proletariado urbano/industrial, atendendo a necessidade de força de trabalho nas indústrias, proveniente basicamente do excedente de mão-de-obra das pequenas propriedades rurais ou da inviabilização das mesmas, ao mesmo tempo em que, no meio rural, é mantido o pequeno produtor, trabalhando com sua família."²⁸

A integração social da população migrante de origem afro-brasileira à sociedade de SCS apresentou vários problemas, cuja intensidade pode ter variado segundo os diferentes contextos históricos. Em primeiro lugar, o monopólio do fumo, enquanto principal atividade econômica da região, permitia a absorção direta mínima da população

²⁵ Cabe lembrar que o levantamento dos dados ocorreu nos meses de intersafra. Provavelmente, muitos trabalhadores safristas estavam à época das entrevistas absorvidos pelo mercado informal ou por outras atividades ocupacionais ou temporariamente desempregados. Significa que o percentual obtido de afro-brasileiros envolvidos com a safra do fumo pode estar em seu nível mais baixo.

²⁶ WINK 2000:222.

²⁷ Como observa KLIEMANN (1986:55), a cidade fundada em 1849 e elevada a município em 1877 (Lei n. 1079 de 31/03/1877) era já no início da República considerada a mais próspera "colônia" do Estado, depois de São Leopoldo. Além dos produtos agrícolas, como feijão, milho, batata, cana-de-açúcar, ervilha e cevada, a colônia fabricava farinha, aguardente e banha. Dali também foi extraída até o final do século XIX, a maior quantidade de erva-mate exportada. A partir dessa época, no entanto, a região passou a desenvolver a produção do fumo. Embora "a especialização no plantio do fumo tenha favorecido a excepcional longevidade da agricultura de subsistência" (ROCHE 1969:275), ela permitiu, ao longo do século XX, o desenvolvimento de uma monocultura que fez de SCS um pólo econômico extremamente atrativo em termos regionais.

²⁸ ETGES 1991:77.

afro-brasileira; em segundo, a sociedade branca local apresentava um tecido social praticamente impermeável a outros segmentos étnico-sociais; e, em terceiro, deve-se salientar a mentalidade e as idéias que sustentavam a formação de uma identidade teuto-brasileira. Dessa forma, a integração da comunidade afro-brasileira não é apenas uma problemática ligada a um passado recente, mas que permanece ainda presente na sociedade local.

A MOBILIDADE ESPACIAL E SOCIAL DOS AFRO-BRASILEIROS

As relações entre mobilidade social e migração têm sido alvo de interesse de um número expressivo de cientistas sociais nas últimas décadas. A inserção ocupacional do migrante no mercado de trabalho e a sua adaptação social na sociedade de destino são temas recorrentes na literatura sociológica.²⁹ Mas se mobilidade geográfica e social devem ser distinguidas, sua vinculação não pode ser negligenciada. A mobilidade espacial aparece como um corolário da mobilidade social.³⁰ A primeira ocorre, em geral, do campo para a cidade, caracterizando em termos ocupacionais a passagem das atividades agrícolas para aquelas urbano-industriais. Ao analisar a origem agrícola do operariado francês, TOURAINE e RAGAZZI distinguiram três significados desta passagem geográfica (e social):

1. o deslocamento (*déplacement*) ocupacional sem deixar o local de origem;
2. a partida (*départ*) que implica migração para o centro industrial;
3. a mobilidade (*mobilité*), propriamente dita, quando há uma vontade ou uma perspectiva de ascensão social.

Para os sociólogos citados anteriormente, a mobilidade social ocorre inerente à vontade de ascensão social que comanda a mobilidade espacial.³¹ Nesse sentido, a mobilidade vertical num espaço social hierarquizado tem ligações com a mobilidade horizontal. Enquanto tipo de mobilidade referente a um espaço físico, a mobilidade geográfica implica, geralmente, em mudanças sócio-ocupacionais cujo nível social equivale ao de origem.³² Em termos sociais, a horizontalidade da migração pode facilitar a verticalidade da mobilidade dos descendentes. A mobilidade vertical é, no entanto, bipolar. Segundo uma escala social, ela pode ser ascendente como descendente e variar durante a trajetória coletiva de um determinado grupo. No caso dos afro-brasileiros em SCS, o grau de escolarização (capital cultural) e a renda (capital econômico) entre os

²⁹ JANNUZZI 2000:5.

³⁰ BASTIDE e GIRARD 1974:1094.

³¹ TOURAINE e RAGAZZI 1975:8-12.

³² MERLLIÉ e PREVOT 1997:17.

migrantes e os seus descendentes não permitem fazer uma distinção entre os dois grupos. Significa que a mobilidade horizontal dos migrantes ainda não resultou para seus descendentes uma mobilidade vertical significativa.

Em relação à origem geográfica dos entrevistados afro-brasileiros em SCS, apenas 31,2% nasceram em outras cidades. Significa que os nascidos em SCS, mesmo sendo descendentes de migrantes, predominam na comunidade afro-brasileira local. Dos municípios de origem dos migrantes, Rio Pardo (5,5%), Venâncio Aires (3,9) e Porto Alegre (3,1%) são os de maior frequência num total de 28, entre os quais aparecem municípios de outros estados como Galvão (SC), Toledo (PR) e Ilhéus (BA).

Em termos de mobilidade espacial inter-geracional, estes dados permitem inferir uma origem geográfica diversa dos afro-brasileiros em SCS. Esta mobilidade é caracterizada por uma migração unilateral das áreas tradicionais às modernas em termos micro-regionais. Considerando a recente formação de uma comunidade afro-brasileira em SCS, pode-se supor uma relação entre estes migrantes e o desenvolvimento sócio-econômico desigual da região. Este deslocamento populacional pode também ser analisado enquanto efeito das últimas transformações no mundo do trabalho, que imprime uma nova dinâmica populacional.³³ Assim, o processo de globalização concorre para o avanço tecnológico e para o desenvolvimento econômico da região, diminuindo as distâncias (geográficas e sociais), promovendo as migrações micro-regionais, o crescimento demográfico na periferia dos centros urbanos e sua heterogeneidade étnica e cultural.

Ao analisar a trajetória coletiva dos afro-brasileiros, percebe-se que ela caracteriza-se basicamente pela sua horizontalidade. Para melhor entender o imobilismo social (no sentido vertical) da população afro-brasileira, fatores externos e internos ao *in-group* devem ser analisados. Em termos ocupacionais, a vulnerabilidade da população afro-descendente frente ao imperativo sazonal da indústria do fumo sugere uma contra-mobilidade tal como foi elaborada por GIROD.³⁴ Trata-se de um movimento pendular típico em sociedades com muita fluidez devido a grande rotatividade que redundam, no entanto, em mudanças de posição social de pouca importância.

As situações sócio-econômica e cultural dos afro-brasileiros em SCS condicionam suas estratégias de mobilidade e (re)produção social e explicitam os mecanismos de exclusão e integração social. Ao avaliar o capital econômico e cultural dos afro-brasileiros, bem como suas atividades ocupacionais, constata-se o seu pertencimento majoritário às camadas populares e com baixa instrução e aos estratos profissionais de menor qualificação e remuneração.

Segundo os dados da pesquisa, 80,5% dos entrevistados não têm uma renda

³³ Sobre o tema, ver a matéria "Palestras analisam os efeitos da globalização sobre as migrações". In Jornal Gazeta do Sul, (12/11/96), p.6. Santa Cruz do Sul.

³⁴ Para o tema da contra-mobilidade ver GIROD 1971.

familiar superior a cinco salários mínimos e 61,9% encontram-se nas categorias "sem instrução", "fundamental incompleto" e "fundamental completo" no que concerne ao seu grau de escolarização. Em termos de ocupação profissional, 70% dos afro-brasileiros em SCS pertencem aos grupos de atividades manuais.

Em relação aos teuto-brasileiros das camadas populares de SCS, a escolaridade e a renda familiar dos afro-brasileiros apresentam índices semelhantes. Embora a "descapitalização" econômica e cultural não faça discriminação racial entre os migrantes, a acumulação de capital (seja econômico, cultural ou social) acusa uma preferência pela maioria étnica local. Para poder avaliar melhor a posição social dos afro-brasileiros em SCS, buscou-se uma interpretação multidimensional do status. As dimensões do status observadas foram a renda familiar, a escolaridade e a ocupação profissional. A partir dessas três variáveis foi possível elaborar uma divisão dos entrevistados afro-brasileiros por estratos sociais. No estrato social inferior, encontram-se 69,3% dos entrevistados e 30,7% no estrato social médio. Cabe salientar que as donas-de-casa, os aposentados, os estudantes e entrevistados sem profissão não foram computados para a elaboração dos Indicadores de Status Sócio-econômico (ISS). A partir da divisão proposta por PASTORE e SILVA, obteve-se os seguintes grupos por atividades ocupacionais.³⁵

-
- G1: trabalhadores rurais não qualificados
 - G2: trabalhadores urbanos não qualificados
 - G3: trabalhadores manuais (semi) qualificados
 - G4: trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos empresários
 - G5: profissionais de nível médio e médios empresários
 - G6: profissionais de nível superior e grandes empresários
-

Para cada grupo ocupacional foi feita a média de escolarização e de remuneração. A relação estatisticamente significativa entre escolarização e remuneração permite afirmar que há um valor de mercado do nível educacional dos indivíduos. Ou seja, a sociedade outorga e reconhece através de respectivos valores e rendimentos o nível educacional de seus cidadãos. Assim, a divisão entre ocupações manuais não qualificadas até atividades não-manuais altamente qualificadas corresponde a diferentes graus de escolarização e formação profissional e de remuneração.

³⁵ PASTORE e SILVA 2000:21.

Grupos ocupacionais segundo o grau de escolaridade e renda familiar

	G 1	G 2	G 3	G 4	G 5	G 6
N	7	89	34	39	12	2
Missing	0	0	0	0	0	0
Mean (escolaridade)	1,142	1,640	2,117	3,512	4,166	5,500
Mean (renda familiar)	1,571	2,662	2,882	3,333	3,916	4,500

Através das atividades ocupacionais, da escolaridade e da renda familiar, pode-se observar a posição social majoritária dos afro-brasileiros em SCS. Mas a posição social predominante desta população não está apenas condicionada aos poucos recursos individuais expressos pelo baixo acúmulo de capital econômico e cultural, ela é também uma herança social que acusa uma mobilidade horizontal sem repercussões no sentido vertical. Neste sentido, os tipos de mobilidade com maiores índices (escolar e profissional) entre os afro-brasileiros não foram suficientes para uma ascensão social.

A mobilidade escolar inter-geracional mostra que 62% dos entrevistados afro-brasileiros consideram ter uma instrução superior e/ou muito superior a de seus pais. Porém, a provável mobilidade escolar não significa que a situação atual dos entrevistados seja satisfatória. Ela evidencia apenas um ponto de partida (escolaridade dos pais) muito baixo. Apesar da mobilidade escolar inter-geracional, os afro-brasileiros apresentam um *handicap* em relação às demandas do mercado de trabalho por profissionais de médio e alto nível, pois a escolaridade adquirida se traduz no preenchimento de posições na hierarquia ocupacional.³⁶

A mobilidade profissional inter-geracional mostra que 66,3% dos entrevistados afro-brasileiros têm outra atividade ocupacional em relação aos seus pais. Porém, somente 36% consideram ter uma melhor remuneração. Cabe salientar que a mudança de uma atividade ocupacional não significa mudar de grupo profissional. Trata-se, em geral, de uma mobilidade horizontal de pedreiro para pintor de paredes ou de vigia de uma fábrica para segurança de baile. As análises sobre a mobilidade profissional inter-geracional dos afro-brasileiros em SCS levam à mesma conclusão de PASTORE e SILVA, isto é, que a sua distribuição ocupacional atual está mais concentrada nos estratos ocupacionais inferiores da sociedade.³⁷

A mobilidade escolar e profissional dos afro-brasileiros não representa necessariamente uma ascensão social. Os dados empíricos coletados acusam uma mobilidade social, cujo deslocamento ocorre em pequenas distâncias que caracterizam a chamada "vizinhança social". Esta mesma tipologia poderia ser empregada para a mobilidade

espacial, pois ela não se dá mais do meio rural e municípios vizinhos para a cidade de SCS e sim da periferia para a periferia. Ou seja, a população afro-descendente se desloca de um bairro suburbano a outro. A explicação para esta nova mobilidade espacial repousa no refluxo da migração micro-regional e no crescimento vegetativo dos afro-brasileiros, pois 68,8% dos entrevistados já nasceram em Santa Cruz do Sul e 58,8% dos adventícios moram há mais de oito anos na cidade.

INVISIBILIDADE SOCIAL E TERRITORIALIDADE SUBURBANA

A população afro-descendente em SCS foi estimada pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 11% do total de habitantes. Em uma amostra comparativa com os índices nacional e estadual, tem-se o seguinte resultado, segundo o critério de raça ou cor da população:³⁸

Raça ou Cor da População (IBGE 1990)

	Branca	Negra	Parda	Outra
Brasil	54,4%	4,9%	40,0%	0,7%
RGS	84,3%	2,7%	12,5%	0,5%
SCS	88,8%	4,1%	6,9%	0,2%

Apesar do percentual significativo de afro-brasileiros em SCS, a sua visibilidade física não corresponde àquela social, pois esta população é socialmente quase invisível. A exclusão social dos afro-brasileiros tem na sua circunscrição territorial um dos principais fatores. Assim, a correspondência da marginalização social com a geográfica concorre para a invisibilidade social dos afro-brasileiros.³⁹

Como centro dinâmico da região do Vale do Rio Pardo (RS), a cidade de SCS apresenta, em seu perímetro urbano, um fenômeno recente próximo à "favelização". Proveniente da zona rural ou de pequenos municípios vizinhos, a população adventícia sofre no meio urbano uma certa segregação sócio-espacial. Em termos de ocupação territorial, percebe-se que a maioria da população afro-brasileira mora na periferia da cidade. Apenas 7,4% dos entrevistados afro-brasileiros têm o centro urbano como bairro residencial.

³⁸ A validade dos conceitos cor ou raça já foi discutida por muitos cientistas sociais. Considerando as limitações deste artigo, este tema não pôde ser aqui abordado. Sobre este tema, ver MAGGI 1996:225-234 e SANTOS 1996:219-224.

³⁹ A invisibilidade social dos afro-brasileiros não é um fenômeno próprio à SCS. Ele encontra-se em todo o estado do RS. Sobre este tema ver, OLIVEN 1999:13-30.

³⁶ Para o tema cor e mobilidade escolar, ver HASENBALG (1985) e PASTORE e SILVA (2000:85-96)
³⁷ PASTORE e SILVA 2000:90.

A visibilidade social dos afro-brasileiros seria maior se, além da integração sócio-espacial, houvesse uma maior mobilidade no sentido periferia-centro em função de suas atividades ocupacionais. Porém, o deslocamento desta população para o centro da cidade é inferior a aquele no sentido periférico, isto é, da residência para o local de trabalho, ambos fora do centro urbano. Como 70% dos entrevistados economicamente ativos exercem ocupações manuais pode-se inferir que a oferta de trabalho em locais centrais da cidade para os afro-brasileiros tende a diminuir, pois os setores de comércio e de serviços tendem a absorver uma mão-de-obra não-manual e (semi-) qualificada.

Outro fator que concorre para a invisibilidade social dos afro-brasileiros é o predomínio da população teuto-brasileira em SCS. É mister salientar que, a partir do século XIX, a mobilidade transatlântica dos imigrantes alemães permitiu uma certa ascensão social individual, embora a mobilidade inter-geracional tenha tido um maior significado para os descendentes alemães. Se a mobilidade horizontal dos imigrantes alemães pode ser considerada como positiva, o deslocamento transatlântico dos africanos teve um saldo negativo imediato, em termos de mobilidade intra-geracional, e também a médio e longo prazo no que concerne à mobilidade inter-geracional de seus descendentes.

Na tradicional sociedade brasileira do Oitocentos, o acesso à terra era uma *conditio sine qua non* para a integração social daqueles recém-chegados. Se o imigrante alemão teve acesso à terra enquanto pequeno proprietário rural, o africano não. Cabe lembrar que o status social de origem de ambos não era relevante para o seu reconhecimento social em *terra brasilis* e sim a posição social de destino, ou seja, enquanto trabalhadores livres (imigrantes alemães) e escravos (africanos).

Apesar de ter sido o pivô da força de trabalho na economia brasileira durante séculos, o ex-escravo foi discriminado pela nova dinâmica do mercado de trabalho. Marginalizados, os afro-brasileiros se tornam um espectro do passado e sua invisibilidade social é também um produto da exclusão social provocada pelo processo de modernização da sociedade brasileira, pois a urbanização e a industrialização pouco ofereceram aos libertos e seus descendentes.

O ônus real e virtual da escravidão colocou o afro-descendente em franca desvantagem com os imigrantes europeus para a acumulação de capital econômico, cultural, social e simbólico. Alguns efeitos desta desvantagem inicial foram letárgicos e, por isso, ainda perceptíveis nas gerações de afro-brasileiros. No caso de SCS, os descendentes do imigrante alemão e do escravo africano ocupam posições sociais distintas, para as quais a mobilidade social inter-geracional teve um papel importante. Em termos quantitativos e qualitativos, a mobilidade social dos teuto-brasileiros difere daquela dos afro-brasileiros, ou seja, em relação ao *in-group*, um número maior de teuto-brasileiros ascendem socialmente, enquanto os afro-brasileiros concentram-se na base da pirâmide social. A mobilidade espacial de ambos também acusa uma diferença, cuja

história da trajetória coletiva destes grupos étnicos auxilia na compreensão da invisibilidade social e da distribuição espacial dos afro-brasileiros em SCS.

IMPASSES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nos meados do século XX, cientistas sociais como Franklin FRANZIER, Donald PIERSON e Ruth LANDES elegeram o Brasil, principalmente a Bahia, como laboratório de pesquisas sobre relações raciais. Papel importante para o mito da democracia racial teve ainda a UNESCO ao promover estudos sobre as relações raciais no Brasil.⁴⁰ Estes estudos geraram controvérsias e as críticas posteriores de Thales de AZEVEDO e de Florestan FERNANDES à democracia racial foram decisivas para as novas pesquisas sociais sobre as relações raciais no Brasil.⁴¹

Pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo inovaram as pesquisas sobre o negro a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas.⁴² A integração do negro na sociedade de classes foi um dos temas principais abordados pelos uspianos. O chamado "dilema racial brasileiro" estava associado ao binômio integração/exclusão dos afro-brasileiros na moderna sociedade brasileira. Devido à sua urbanização e industrialização, a região de São Paulo serviu de paradigma da modernidade brasileira e a situação social do negro na terra bandeirante foi considerada quase como um destino aos afro-brasileiros do Brasil.⁴³

A modernização pela qual o país passava infligia uma inclusão limitada dos afro-brasileiros (via proletarização) e uma exclusão sem limites a um grande contingente dos mesmos. Porém na década de 70, a crise material e ideológica da modernização suscitou uma crítica ao modelo desenvolvimentista. Surge, então, o conceito de desenvolvimento endógeno, no qual os aspectos não-econômicos do desenvolvimento eram enfatizados.⁴⁴ Uma maior atenção se deu aos recursos humanos e a UNESCO teve um importante papel para um projeto de desenvolvimento humano (*développement centré sur l'homme*).⁴⁵

⁴⁰ Para este tema, ver MAIO 1997.

⁴¹ Sobre a evolução da análise de Thales de Azevedo sobre o tema ver GUIMARÃES (1996:67-82) e sobre a questão racial em Florestan Fernandes, ver ARRUDA (2000: 195-206).

⁴² Destacam-se nesse sentido as contribuições R. BASTIDE (1959), F. FERNANDES (1960), F.H. CARDOSO (1962) e O. IANNI (1966).

⁴³ Os recentes estudos na área da antropologia, sociologia rural, geografia e história social acusam a permanência de uma população afro-brasileira em áreas rurais e em pequenos municípios brasileiros. Destaque nesse sentido, para o inventário em âmbito nacional de centenas de localidades e populações remanescentes de quilombos. Tais estudos servem para relativizar a via única - anunciada pelos uspianos da década de sessenta - da concentração urbana e, por conseguinte, da marginalização e/ou da proletarização da população afro-brasileira.

⁴⁴ STREIFFELER 1997:293.

⁴⁵ Idem, p. 294.

Diferente do desenvolvimento concebido pela tradição tecnocrática da modernização, o desenvolvimento endógeno acentuou o papel participativo dos grupos envolvidos.⁴⁶ Nesse sentido, a sociologia do desenvolvimento elaborada por Richard BEHRENDT também antecipou algumas questões ligadas aos fatores não-econômicos do desenvolvimento. Para BEHRENDT o desenvolvimento implica uma mudança de cultura comportamental ou experimental que influencia a forma de vida de uma parte significativa dos membros de uma comunidade e a sua estrutura social.⁴⁷ O alcance social do desenvolvimento objetiva-se, portanto, na melhoria das condições de vida de uma larga camada populacional.

Com a crise dos anos setenta, a Teoria da Dependência se afirmou na sociologia do desenvolvimento ao mostrar a inter-relação da América Latina aos países ocidentais industrializados.⁴⁸ No que concerne à relação centro e periferia, enfatizada pelos economistas e sociólogos do CEPAL em nível internacional, ela pode ser traduzida para uma dimensão regional. No Vale do Rio Pardo, o desenvolvimento urbano e local de SCS se constrói em detrimento de áreas circunvizinhas relegadas ao subdesenvolvimento, embora elas estejam vinculadas à economia fumageira.⁴⁹ Uma diferença entre o município de SCS, onde é produzido e feito em grande parte o beneficiamento do fumo, e os demais municípios produtores repousa no fato de ser o primeiro local de destino da migração regional.

Em uma cidade de porte médio como SCS, a migração não tem o mesmo impacto social, econômico e cultural do que aquela para a capital de São Paulo.⁵⁰ No entanto, a migração dos afro-brasileiros para SCS permite tecer alguns comentários sobre a atualidade do “dilema racial brasileiro” proposto a partir do modelo paulista dos meados do século XX.

O dilema dos afro-brasileiros em SCS pode ser focado em dois níveis. Trata-se da integração/exclusão nos planos físico (social e econômico) e simbólico (político e cultural). Socialmente, os afro-brasileiros compõem os estratos inferiores da população urbana de SCS e pertencem economicamente ao grupo de trabalhadores manuais não qualificados. Mas em ambas categorias (social e ocupacional), eles constituem uma minoria étnica, uma vez que sua expressão demográfica local é diminuta.

⁴⁶ Idem, p. 295.

⁴⁷ BEHRENDT 1965:114.

⁴⁸ Sobre o tema ver PLATENBERG 1997:111-126.

⁴⁹ No caso de SCS, o enclave agro-exportador da fumericultura mantém ainda atual a questão da dependência e também a do caráter exógeno ou endógeno do desenvolvimento. Porém, a partir dos anos noventa, a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável deu novas cores às velhas temáticas, contribuindo com importantes inovações – principalmente no âmbito da ecologia – para repensar o desenvolvimento regional. Sobre o tema do desenvolvimento sustentável, ver DANGSCHAT (1997:169-234) e HILDBRANT (1997:235-249).

⁵⁰ Sobre a migração para São Paulo, ver JANNUZZI 2000.

Além da pequena representação demográfica, a marginalização sócio-espacial dos afro-brasileiros dificulta sua afirmação na sociedade local. Em termos de territorialidade urbana, a periferia de SCS é o *locus* da vivência da grande maioria dos afro-brasileiros. Nela, os conflitos sociais são elementos pertencentes a um cotidiano marcado por disputas territoriais com os recém-chegados. A descapitalização social e econômica dos migrantes faz dessa população um grupo muito vulnerável ao desemprego. Apesar da precária situação dessas áreas e populações suburbanas, criam-se novas espacialidades do trabalho. O pequeno comércio e as prestações de serviço predominam, embora uma grande parte das atividades remuneradas não seja legalizada. Trata-se de um mercado informal em expansão. A desqualificação profissional da maioria dessa população concorre para o aumento de alternativas irregulares de trabalho. A alta rotatividade no emprego é outra característica desta população vulnerável à terceirização da economia que acaba por ter de se adaptar às intermitentes e efêmeras mudanças de posição social. Tal situação, na qual um contingente de homens e mulheres sem perspectivas de atividades ocupacionais formais alimenta os setores informais da economia, suscita um questionamento sobre a relação entre (contra-)mobilidade e desenvolvimento regional.⁵¹

Com base na literatura sociológica sobre mobilidade social e a questão racial no Brasil, pode-se obter uma aproximação teórica dos problemas e desafios da comunidade afro-brasileira de SCS. Nesse sentido, a sua condição suburbana (geográfica, social e cultural) enquanto consequência do desenvolvimento sócio-econômico de SCS – seja no seu sentido extrovertido (em termos econômicos) como introvertido (em termos sociais) – só poderá ser superada se o lugar físico e simbólico dos afro-brasileiros deixar de ser marginal.

Outro fator que mostra a gravidade do impasse é o *handicap* escolar desta população, pois a conversão da educação adquirida em posições da hierarquia ocupacional condena os afro-brasileiros a ocupar os estratos ocupacionais inferiores.⁵² Cabe salientar que o impasse maior dos afro-brasileiros em SCS repousa na dificuldade em aperfeiçoar suas estratégias de (re)produção social a fim de obter uma ascensão social, uma vez que certas estratégias mais eficazes, como a formação de ensino médio e superior, não estão ainda ao alcance satisfatório dos mesmos. No entanto, eles apresentam uma baixa acumulação de capital o que impede um investimento mais seguro e um aumento da produtividade, condição necessária para o acúmulo de capital. Percebe-se, portanto, os efeitos nefastos da migração, ou seja, a descapitalização dos migrantes que acaba alimentando um *circulus vitiosus* da pobreza que compromete a sua integração social, bem como de seus descendentes. Este círculo da pobreza rompe-se de forma esporádica e efêmera no campo esportivo, especialmente no futebol e no basquetebol, e artístico. Essas

⁵¹ GOETZE 1997:429.

⁵² Resultados semelhantes foram obtidos por HASENBALG (1985) e PASTORE e SILVA (2000).

rupturas permitem uma certa valorização da imagem afro-brasileira em SCS. Contudo, os domínios da cultura, do esporte e do lazer têm fronteiras bem delimitadas, embora invisíveis. Significa que a integração social através das atividades culturais ou desportivas é, em geral, provisória. Os efeitos da inconsistência de status dos afro-brasileiros em SCS, cuja ascensão social foi possibilitada através dessas atividades, não foram ainda avaliados pelas ciências sociais. Cabe ainda salientar que a relativa eficácia de algumas estratégias de mobilidade social através de atividades ocupacionais ligadas à cultura, às artes e ao esporte serve para atualizar o mito da democracia racial.

Embora a atual "bahianização" da cultura brasileira também disponibilize elementos afirmativos para uma imagem positiva do afro-brasileiro, o campo cultural local em SCS está estruturado em função da cultura teuto-brasileira. A sua hegemonia contribui para uma marginalização simbólica dos afro-brasileiros em SCS.

Em relação às culturas e identidades étnicas de uma região, cabe ainda destacar um aspecto sócio-cultural importante para o desenvolvimento regional. Trata-se da identidade regional. Como observa BANDEIRA, sem ela, "uma região constitui-se apenas no resultado de uma segmentação arbitrária do território, não podendo ser considerada um verdadeiro ente social."⁵³ Este *handicap* da identidade regional acaba comprometendo o planejamento regional. Segundo Boisier:

Sin la participación de la región, como un verdadero ente social, la planificación regional consiste – como por lo demás prueba la experiencia histórica – en un procedimiento de arriba hacia abajo para asignar recursos financieros o de otra índole entre espacios arbitraria o erróneamente llamados regiones.⁵⁴

Os preconceitos étnicos, ao comprometer a construção de uma identidade regional no Vale do Rio Pardo, também podem servir como elementos para uma exacerbação de uma identidade étnica, pretensamente regional, e redundar numa forma radical de regionalismo, gerando empecilhos de ordem sócio-cultural para o desenvolvimento regional. Como adverte Constain:

... la identidad regional o pertenencia con la región no tiene sentido como fuente de actitudes separatistas, independentistas, de repliegue cultural, o autarquía, sino como algo funcional a la formación de los consensos básicos entre los agentes de las regiones y la nación para hacer viable su desarrollo.⁵⁵

⁵³ BANDEIRA 1999:29.

⁵⁴ BOISIER 1995:48.

⁵⁵ CONSTAIN 1994:37.

A integração social dos afro-brasileiros no plano simbólico depende da melhoria de sua posição sócio-econômica, pois é ela que lhes permitirá uma participação constante nos campos artístico, cultural, político e científico da sociedade local. Caso contrário, a participação dos afro-brasileiros nestes campos será sempre aleatória.

Apesar do esforço incontestado dos afro-brasileiros para uma integração social, suas estratégias individuais resultam, geralmente, em entropia social. Isto porque a integração social de uma minoria étnica depende mais da sociedade enquanto integradora do que dos indivíduos a ser integrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XIX, a grande imigração européia e o processo de industrialização contribuíram para uma mudança estrutural das sociedades americanas. No Brasil, a abolição da escravidão e a proclamação da República foram tentativas políticas de atender as demandas causadas pelas transformações sócio-econômicas em voga à época. Durante a passagem da sociedade tradicional para a moderna, a população afro-brasileira foi marginalizada e a integração dos negros na sociedade de classes chegou a ser considerada o "dilema racial brasileiro". No caso de SCS, o enunciado de Florestan Fernandes tem uma certa atualidade, mas somente através de novos estudos sobre os impasses para a integração social dos afro-brasileiros é que se pode ter uma idéia mais precisa sobre a relação entre mobilidade e desenvolvimento regional.

No que tange à formação histórica da comunidade afro-brasileira de SCS, pode-se cronologicamente dividi-la em três etapas. Estas apresentam as seguintes características:

1849-1888: contingente afro-brasileiro inexpressivo representado por quilombolas, escravos domésticos de luso-brasileiros e negros forros.

1889-1948: migração de ex-escravos que assumem na sociedade de destino uma posição social e geográfica marginal.

1949-...: integração paulatina e irregular dos habitantes afro-brasileiros em vários níveis (social, econômico, cultural e político) da sociedade.

Se na área rural de SCS a falta de mobilidade social dos agricultores parece ser um requisito do desenvolvimento regional, na área urbana assiste-se a uma intensa mobilidade social (sobretudo em termos de escolarização e profissionalização). A mobilidade intergeracional seja escolar e/ou ocupacional não se revela eficaz para a integração social dos migrantes e seus descendentes no meio urbano. Estratégias individuais de ascensão social e instabilidade no emprego corroboram para uma contra-mobilidade.

Como centro da região do Vale do Rio Pardo, a cidade de Santa Cruz do Sul é desde sua origem um ponto de destino de migração, primeiro transatlântica e posteriormente inter e micro-regional. Com a industrialização, a urbanização ganhou um impulso

significativo e ambas foram responsáveis pela intensificação da mobilidade espacial e social em SCS. Atualmente, a configuração urbana de SCS acusa uma ocupação e distribuição territorial desigual segundo grupos sociais e étnicos. A cartografia da cidade mostra, portanto, uma similitude entre a marginalização social e geográfica dos afro-brasileiros. Vivendo em território híbrido (nem mais rural e nem ainda urbano), a população de afro-brasileiros tem a sua frente um impasse de difícil solução, pois ela não depende apenas de seus esforços individuais e coletivos, mas principalmente da sociedade em geral.

A população suburbana de SCS é composta em grande parte de migrantes e apresenta um alto grau de rotatividade. Ambas características podem dificultar a auto-organização de associações pela comunidade civil. Mas para um maior grau de autonomia política em termos de desenvolvimento regional, no qual a população envolvida seja ativa e participante, faz-se necessário introduzir a idéia e a praxis da governança, cujos efeitos vem obtendo uma receptividade positiva no debate sobre as novas formas de desenvolvimento.⁵⁶

Apesar do modelo desenvolvimentista da modernização conservadora adotado pela região do Vale do Rio Pardo durante a segunda metade do século XX, nos finais da década de 80, tornou-se cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil.⁵⁷ Novas propostas de ação governamental junto com a iniciativa privada e a sociedade civil surgiram na década de noventa e contribuem para a superação do estilo tecnocrático de desenvolvimento. Embora tal estilo apresente sinais de esgotamento, as causas da mobilidade espacial e suas implicações para o desenvolvimento regional ainda não foram suficientemente esclarecidas. Estudos como o aqui apresentado sobre a trajetória coletiva dos afro-brasileiros podem contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre a relação social e econômica de SCS com os demais municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo e desvendar assim algumas implicações do desigual desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Dilemas do Brasil Moderno: A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes. In MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 195-206.

⁵⁶ Para uma introdução à temática ver STOCKER (1998:19-30), BANDEIRA (1999:14-19) e CARRIER/JEAN (2000:41-63).

⁵⁷ Sobre as vantagens da participação da sociedade civil no desenvolvimento regional, ver BANDEIRA 1991:08-30.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*. Brasília: IPEA, 1999.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

BASTIDE, H./GIRARD, A. Mobilité de la population et motivations des personnes : une enquête auprès du public. III. Les facteurs de la mobilité. *Population*, XXXIX, 6, Paris, 1974.

BERTAUX, D. *Destins personnelles et structure de classe. Pour une critique de l'anthropologie politique*. Paris: PUF, 1977.

BOISIER, Sergio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector publico*. Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

BOUDON, R. *L'inegalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: A. Colin, 1973.

BRASSARD, Marie-Joëlle e GAGNON, Christiane. Quelle gouvernance pour les communautés locales ? In: CARRIER, Mario e COTÉ, Serge (org.) *Gouvernance et territoires ruraux. Éléments d'un débat sur la responsabilité du développement*. Québec: Presse de l'Université du Québec, 2000. p. 171-188.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARRIER, M. e JEAN, B. La reconstruction de la légitimité des collectivités rurales. In: CARRIER, Mario e COTÉ, Serge (org.) *Gouvernance et territoires ruraux. Éléments d'un débat sur la responsabilité du développement*. Québec : Presse de l'Université du Québec, 2000. p. 41-63.

CONSTAÍN, Felipe Millán. *Competitividad internacional de regiones*. Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1994.

CORREA, Sílvio M. de S. *Zur ethnischen Identität der Deutschstämmigen in Santa Cruz do Sul*. (tese de doutorado) Münster, 1999.

DANGSCHAT, Jens G. Sustainable City – Nachhaltige Zukunft für Stadtgesellschaften? In: BRAND, Karl-Werner (org.) *Nachhaltige Entwicklung: Eine Herausforderung an die Soziologie*. Opladen, 1997, p. 169-234.

ETGES, Virgínia. *Camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática (3. ed.), 1978.

- GOLDTHORPE, J. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- GLASS, D. (org.) *Social Mobility in Britain*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1954.
- GIROD, Roger. *Mobilité social. Faits établis et problèmes ouverts*. Droz: Genebra, 1971.
- GOETZE, Dieter. Zum Standort der Entwicklungssoziologie. In: SCHULZ, Manfred. (org.) *Entwicklung: die Perspektive der Entwicklungssoziologie*. Opladen, 1997. p.427-437.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. USP, São Paulo, 8(2):67-82, 1996.
- HAN, Petrus. *Soziologie de Migration*. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2000.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1979.
- HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: IUPERJ.1988.
- HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.): *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 235-249.
- HEATH, A. *Social Mobility*. Londres, Fontana Paperbacks, 1981.
- HILDEBRAND, Erckart. Nachhaltige Lebensführung unter den Bedingungen sozialer Krise: einige Überlegungen. In: BRAND, Karl-Werner (org.) *Nachhaltige Entwicklung: Eine Herausforderung an die Soziologie*. Opladen, 1997, p. 235-249.
- IANNI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Migração e mobilidade social. Migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo: Editora Autores Associados/FAPESP/UNICAMP, 2000.
- LANDO, Aldair e BARROS, Eliane. Capitalismo e Colonização: Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. e GONZAGA, S. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2. ed.,1992.
- MAGGI, Yvonne. "Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia": As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira. In MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.): *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 225-234..

- MAIO, Marcos. *A história do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997.
- MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de Colônia à Freguesia (1849-1859)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- MERLLIE, Dominique e PREVOT, Jean. *La mobilité social*. Paris: Éditions La Decouverte, 1997.
- OLIVEN, Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In LEITE, Boaventura Ilka (org.): *Os negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 13-30.
- PASTORE, José e SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- PLATENBERG, Urs Muller. Lateinamerikanische Beiträge zur Entwicklungsdebatte. Vom alten zum neuen Cepalismo. In: SCHULZ, Manfred. (org.) *Entwicklung: die Perspektive der Entwicklungssoziologie*. Opladen, 1997. p.111-126
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vol.,1969.
- SANTOS, Joel Rufino. O Negro como Lugar. In MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.): *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 219-224.
- SCHMALS, Klaus (org.) *Migration und Stadt. Entwicklung, Defizite und Potentiale*. Opladen, 2000.
- SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. In *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10/21-44, n. 1, São Paulo. 1986.
- SILVEIRA, Rogério L. *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul/RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*. (dissertação de mestrado/UFSC). Florianópolis, 1997.
- STOCKER, Gerry. Cinq propositions pour une théorie de la gouvernance. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Março 1998, p. 19-30.
- STREIFFELER, Friedhelm. Endogene Entwicklung. In : SCHULZ, Manfred. (org.) *Entwicklung: die Perspektive der Entwicklungssoziologie*. Opladen, 1997. p. 291-311.
- THÉLOT, C. *Tel père, tel fils ? Position sociale et origine familiale*. Paris: Dunod, 1982.

TOURAINÉ, A. e RAGAZZI, O. *Les ouvriers d'origine agricole*. Paris: Ed. d'Aujourd'hui, 1975.

TREIBEL, Annette. *Migration in modernen Gesellschaften. Soziale Folgen von Einwanderung, Gastarbeit und Flucht*. München: JUVENTA, 1999.

VOGT, Paulo Olgário. *A produção do fumo em Santa Cruz do Sul: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855-2000*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional/UNISC), Santa Cruz do Sul, 2000.

ZAPF, Wolfgang. *Entwicklung als Modernisierung* In: SCHULZ, Manfred. (org.) *Entwicklung: die Perspektive der Entwicklungssoziologie*. Opladen, 1997. p. 10-27.